



Fonte: [www.gazetadigital.com.br](http://www.gazetadigital.com.br) Política Quarta, 18 de dezembro de 2013, 14h27  
No Estado

## Secretário garante mais UTI's e médicos para as unidade de saúde

Elayne Mendes, especial para o GD

*Divulgação*



?O secretário Chefe da Casa Civil do Estado, Pedro Nadaf ?

eficiente resolveremos essa questão”.

Em entrevista ao Jornal da manhã, da TV Record, o secretário Chefe da Casa Civil do Estado, Pedro Nadaf ressaltou alguns quesitos que o estado tem melhorado e algumas mudanças positivas que ainda estão por vir. “Mato Grosso tem um fator diferenciado, hoje 190 medicamentos são fornecidos pela farmácia de autocusto, enquanto o Paraná só atende a 90. ]

O Estado conseguiu colocar em quase todas as regionais UTI's e vamos ampliar essas UTI's. Existe a necessidades de ter uma quantidade maior de médicos e já estamos providenciando isso. E por último há a necessidade da gestão de uma política pública voltada para tudo isso, mas só com o tempo e com uma gestão

Nadaf falou também a respeito da crise na Secretaria de Saúde. “A Casa Civil interveio entre o Governo que tinha um passivo muito grande com as prefeituras municipais. Fizemos com que houvesse uma negociação maior com as prefeituras para que houvesse a quitação desses pagamentos atrasados, que era um dos motivos da crise na saúde pública”.

O secretário falou ainda dos motivos que levaram ele a ser um dos citados para assumir a Secretaria de Saúde, no período em que a mesma ficou sem um secretário. “Essa participação na gestão da Secretaria de Saúde em se tratando das dívidas internas, fez com que nós fossemos cogitados para assumir a direção. Outros problemas sérios, como o caso dos medicamentos na farmácia de autocusto, atrasos com as OSS's, também reforçaram essa possibilidade. Mas, hoje a situação já está resolvida e o médico Jorge Lafeté já está desempenhando um bom papel na secretaria”.

Pedro Nadaf explicou sobre os planos de política pública na área de saúde. “Infelizmente a saúde nunca vai chegar nos níveis do nosso interesse para atender a sociedade, que é a excepcionalidade. Isso porque temos deficiências históricas e necessidades de recursos que o Estado não tem condições de atender. Temos que fazer uma redução da crise para melhor atendimento possível para a população”.



Fonte: [www.olhardireto.com.br](http://www.olhardireto.com.br)

## Notícias / Ciência & Saúde

17/12/2013 - 16:06

# Saúde anuncia mais 5 mil bolsas de residência no Programa Mais Médicos

Bem Estar

O Ministério da Saúde aprovou edital que cria quase 5 mil novas bolsas de residência médica para o Programa Mais Médicos. Serão 3.613 bolsas de residência para médicos especialistas e 1.300 bolsas para profissionais de outras áreas da saúde (residência multiprofissional), anunciou nesta terça-feira (17) o ministro da Saúde Alexandre Padilha.

A Comissão Nacional de Residência Médica deverá aprovar se as bolsas serão oferecidas para programas de residência em 2014 ou se ficam para 2015. O objetivo é fazer com que em 2018 exista uma vaga em programa de residência para cada estudante de medicina formado no Brasil. Segundo previsão já anunciada pelo governo federal, até 2017 os cursos de medicina deverão oferecer 11.500 novas vagas de graduação.

As novas vagas de residência para médicos atendem a 91 especialidades, sendo 27 delas consideradas como prioritárias pelo programa. Do total, 2.145 correspondem a novos programas de residência que devem ser criados e o restante são vagas em programas que já existem. Segundo dados do governo, haverá aumento de 95% da oferta de bolsas para especialistas em 223 instituições de ensino, filantrópicas e hospitalares. Cerca de 25% delas serão oferecidas nas regiões Norte e Nordeste do país. A maioria, está nas regiões Sul e Sudeste, segundo Padilha, para "aproveitar a capacidade instalada da região". Segundo ele, o investimento nas regiões Sul e Sudeste beneficiará todo o país. "Temos observado nos últimos anos que metade dos especialistas formados no estado de São Paulo volta para seus estados. Isso vem acontecendo nos últimos 10 anos", afirma.

Outra novidade anunciada pelo governo é a ajuda no financiamento de bolsas de programas estaduais oferecidas em hospitais filantrópicos. Segundo explica o ministro, 85% do custo dessas bolsas é financiado pelos estados. Os outros 15%, que até então eram pagos por essas instituições, passará a ser financiado pelo Ministério da Saúde. "Descobrimos que uma parte importante dessas bolsas de especialidades não eram 100% financiadas pelos governos estaduais. Isso era um entrave para a expansão da residência nesses hospitais filantrópicos", diz Padilha. Além disso, 691 vagas de residência para especialistas já existentes passarão a ser custeadas pelo Ministério da Saúde. "É muito importante ampliar a formação de médico da família e comunidade, cirurgião, pediatra, mas também de outras especialidades que não são da área de atenção básica mas que também são decisivas como anestesia, ortopedia, oncologia, cardiologia, psiquiatria. Combinado com isso, há forte expansão da residência multiprofissional, em que você oferece processo de



especialização para profissões tão importantes quanto para cuidar da saúde", disse. Padilha se refere às novas vagas para profissionais de outras áreas da saúde oferecidas pelo edital do programa Mais Médicos. São 1.300 bolsas em 30 instituições. O aumento chega a 51% dos números de vagas existentes. Há predomínio para vagas de enfermagem, mas também serão oferecidas bolsas para áreas como fisioterapia, psicologia, farmácia, nutrição, odontologia, serviço social, medicina veterinárias, educação física, entre outras.

Fonte: [www.olhardireto.com.br](http://www.olhardireto.com.br)

## Notícias / Ciência & Saúde

18/12/2013 - 08:27

# Ministério da Saúde se opõe a exame para detectar drogas em motoristas

G1

O Conselho Nacional do Trânsito (Contran) se reúne nesta quarta-feira (18) e deve analisar pedido feito pelo Ministério da Saúde para derrubar uma resolução que obriga motoristas de ônibus, caminhões e carretas a fazerem exames toxicológicos. Documento obtido pelo G1 mostra que a pasta não vê evidências científicas de que a medida reduzirá os acidentes de trânsito associados ao uso de drogas. A reunião começa às 9h.

No dia 5 de dezembro, foi publicada no Diário Oficial a resolução que torna obrigatório o exame para detecção do uso de drogas no momento de tirar ou renovar as habilitações das categorias C, D e E. Conforme a norma, clínicas especializadas começariam a fazer o exame a partir de junho (veja na reportagem ao lado).

O exame detecta o uso de drogas em até seis meses anteriores e identifica substâncias como crack, maconha, anfetamina e cocaína. O teste pode ser feito com um fio de cabelo, um pedaço de unha ou pele.

Para pedir a revisão da resolução, o Ministério da Saúde se baseou na nota técnica número 21/2013, elaborada pela pasta, que questiona a efetividade da medida. O documento argumenta que a causa de acidentes é o uso durante a condução de veículos, e que o exame de larga janela, como é chamado o que detecta em longos períodos anteriores à sua realização, não flagra o uso somente no momento da condução e sim em outros momentos, que não é considerado crime.

"Portanto, vincular a habilitação de motoristas à realização de exames desta natureza [...] não identifica o risco imediato do motorista profissional de dirigir sob a influência de drogas e outras substâncias psicoativas, nem proporciona medidas de intervenção imediata", justifica o documento.



"Há de se restringir a detecção de eventual uso de drogas no período médio de 6 horas, caracterizando o uso e o risco imediato do condutor na via", completa a nota.

O ministério avalia ainda que o exame feito com o fio de cabelo, "tem alta possibilidade de contaminação pelo ambiente gerando falsos positivos". A pasta defende o uso do exame de urina, que não é invasivo e permite identificar o uso recente de drogas.

Por meio de nota, o Contran informou que o pedido de revisão do Ministério da Saúde só chegou depois da resolução já publicada no Diário Oficial e, por isso, que só deve ser avaliado na reunião desta quarta-feira. A pauta não é divulgada com antecedência, mas o assunto está na pauta dos temas que estão para ser analisados em reuniões futuras.

O órgão salientou também que o texto foi aprovado com apenas um voto contrário, o do Ministério da Saúde. Também fazem parte do conselho representantes do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), e dos ministérios da Justiça, Defesa, Transportes, Educação, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente e Cidades.

Já o Ministério da Saúde informou por nota que o pedido de revisão foi protocolado no dia 28 de novembro, antes da publicação no Diário Oficial. A pasta justifica que o pedido tem o objetivo de discutir alternativas de teste "de forma imediata durante a fiscalização nas vias e rodovias". "Dessa forma podemos identificar que o motorista está dirigindo sob efeito de drogas", defendeu.

A pasta justificou ainda que com a periodicidade de cinco anos (prazo para renovação da habilitação), "não é possível identificar o efeito imediato da substância psicoativa associado à condução". E classificou como "alto" o custo para implementação da medida. Cada exame pode chegar a custar R\$ 500.



Fonte: [www.sonoticias.com.br](http://www.sonoticias.com.br)

## SAÚDE

18 de Dezembro de 2013 - 07:10

### **Autorizados R\$ 500 mil para Sinop e Alta Floresta contra hanseníase**

Fonte: *Só Notícias/Weverton Correa*

O Ministério da Saúde autorizou repasses de R\$ 200 mil para Sinop e R\$ 300 mil para Alta Floresta investirem na implantação e implementação de ações contingenciais de vigilância, prevenção e controle da hanseníase e esquistossomose. A portaria divulgada ontem, assinada pelo ministro Alexandre Padilha ainda concede R\$ 300 mil para Cuiabá e Várzea Grande (cada) e R\$ 400 mil para Rondonópolis. Mais 13 Estados foram beneficiados.

Para a liberação foi considerado que a hanseníase e a esquistossomose "exibem distribuição heterogênea no país e que as altas cargas das doenças comprometem a interrupção da cadeia de transmissão e conseqüentemente, a eliminação desses agravos como problemas de saúde pública".

É destacado que 40 municípios das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país detêm cerca de 24% dos casos novos de hanseníase. Apesar não terem sido divulgados números absolutos, no último ano, 30% das ocorrências foram diagnosticadas em menores de 15 anos e 21% com grau 2 de incapacidade física no diagnóstico.

Foi considerada ainda a necessidade de ações que complementem e incrementem o diagnóstico precoce e o tratamento oportuno para a eliminação da hanseníase e da esquistossomose como problemas de saúde pública em áreas geográficas de alto risco de adoecimento; e que, os respectivos Municípios apresentaram Propostas de Ações Contingenciais em Vigilância em Saúde para a eliminação da hanseníase e esquistossomose como problemas de saúde pública.

O Ministério autorizou, no início do mês, a transferência de R\$ 92 mil do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Municipal de Cuiabá, destinado a o desenvolvimento de pesquisas e estudos da



hanseníase.

Um estudo divulgado pelo governo federal, este ano, aponta que o Estado concentra o maior número de pessoas em tratamento da doença no país. Enquanto a média nacional para cada 10 mil habitantes é de 1,5 casos, no Estado ela alcança 7,7 pessoas. Tocantins (5,4), Maranhão (5,3), Pará (4,3), Rondônia (4,0), Goiás (3,3) e Mato Grosso do Sul (3,2) surgem em seguida no "ranking".

Fonte: [www.odocumento.com.br](http://www.odocumento.com.br)

## Cidades

# Teste para Aids por fluido oral será ofertado pelo SUS

18/12/2013 - 16h50

A- A+

## Da Redação

Um novo teste rápido de aids realizado por fluido oral estará disponível no Sistema Único de Saúde (SUS), a partir de março de 2014. O resultado sai em até 30 minutos. A portaria que normatiza a medida foi publicada nesta quarta-feira (18) pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde. O novo diagnóstico será ofertado para a população em todas as campanhas do Fique Sabendo, nos serviços do SUS que atendem as populações vulneráveis e nas farmácias da rede pública, a partir do segundo semestre do próximo ano. Testes com essa metodologia, que possuem registro na Anvisa, também poderão ser vendidos em farmácias da rede privada.

Inicialmente, o teste com fluido oral será utilizado por 40 ONG parceiras do Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais, do Ministério da Saúde, que atuam em 21 estados e no Distrito Federal. Terão prioridade ao novo método, durante esta fase inicial - prevista para iniciar em março do próximo ano - as populações prioritárias que apresentam maior vulnerabilidade à infecção pelo HIV (homens que fazem sexo com homens, gays, profissionais do sexo, travestis, transexuais, pessoas que usam drogas, pessoas privadas de liberdade e em situação de rua).

“Em um segundo momento, o diagnóstico estará disponível para todas as pessoas que quiserem realizá-lo, inclusive como autoexame. A sua grande vantagem é a segurança e a confiabilidade, além de não necessitar de infraestrutura laboratorial”, explica o ministro da Saúde Alexandre Padilha.

Na apresentação disponível nas farmácias, os testes terão uma bula explicativa com informações detalhada do passo a passo para a sua realização; orientação para procurar serviço de saúde, se der positivo; e o número de telefone disponível para responder dúvidas. “As pessoas que, eventualmente, não se sintam à



vontade para ir a um centro de saúde ou num laboratório, poderão fazer o teste com privacidade, em sua própria casa, no horário e da forma que quiserem”, ressaltou o ministro.

O kit para a realização do teste está sendo produzido pelo laboratório Bio-Manguinhos/Fiocruz e contém uma haste coletora descartável (swab) - de uso único - para obtenção de fluido oral; um frasco com solução, no qual é colocada a haste coletora após a obtenção da amostra; um frasco com o tampão de corrida de reação; um suporte plástico de teste, em que é ocorrerá a reação e a revelação do resultado.

Como pré-requisito para fazer o diagnóstico oral, é necessário que, nos 30 minutos antes, a pessoa evite ingerir alimento ou bebida, fume ou inale qualquer substância, escove os dentes e use antisséptico bucal. Também se deve retirar o batom e evitar realizar atividade oral que deixe resíduo. O fluido do teste oral é extraído da gengiva e o começo da mucosa da bochecha com o auxílio da haste coletora. O resultado sai em até 30 minutos. Quando surge uma linha vermelha, significa que não é reagente. Caso apareçam duas linhas vermelhas, indica que naquela amostra há anticorpos anti-HIV, ou seja, o teste é positivo.

MANUAL - A portaria também aprova o novo Manual Técnico para Diagnóstico da Infecção pelo HIV em Adultos e Crianças. O documento complementa os procedimentos para a realização de testes de HIV no país. “A portaria atualiza a forma técnica de diagnóstico do HIV para adequarmos aos avanços alcançados nesse campo nos últimos anos. O objetivo é tornar mais fácil a sua interpretação pelos profissionais de saúde”, explica o secretário de Vigilância em Saúde, Jarbas Barbosa.

Segundo o secretário, a principal meta é possibilitar a ampliação da testagem e do acesso mais rápido e eficiente a todos que buscam o diagnóstico. “Isso permitirá aos profissionais e serviços, escolhas adequadas à sua realidade local, de modo a viabilizar o acesso de todos os indivíduos que desejam conhecer seu estado sorológico”, observa Jarbas Barbosa.

Outra novidade do Manual é a possibilidade de confirmação do diagnóstico rápido de HIV, com um segundo teste, também rápido, que permite a redução do tempo de entrega do resultado ao paciente. Atualmente, a confirmação do diagnóstico de HIV é feita por meio de testes Elisa e Western Blot.

“Anteriormente, quando a pessoa realizava o exame em laboratório, e o Elisa dava positivo, era feito um teste complementar do tipo Western Blot. Com o avanço tecnológico, esse exame ficou ultrapassado. Por essa razão, na nova portaria - quando o teste inicial feito no laboratório der positivo - o teste complementar recomendado a partir de agora é o teste molecular”, explica o diretor do Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais, Fábio Mesquita.



Fonte: [www.conselho.saude.gov.br](http://www.conselho.saude.gov.br)

Brasília, 18 de dezembro  
de 2013

## **Conselho Nacional de Saúde se preocupa com o PL 6.126/13**

O Conselho Nacional de Saúde se manifesta preocupado com o fato do Projeto de Lei 6.126/13 estar pautado para votação na Câmara dos Deputados. O PL, que visa regulamentar aspectos da categoria dos profissionais de medicina, apesar de desconsiderar dispositivos do antigo PL do Ato Médico, continua ferindo “princípios constitucionais de igualdade ao propor que os atendimentos, as avaliações e diagnósticos sejam feitos de forma diferenciada entre pacientes da rede privada e pública do SUS”.

O CNS pede que, antes da votação, seja aberto um diálogo transparente e aberto com a sociedade.

Leia a íntegra da nota do Conselho Nacional de Saúde no site [www.conselho.saude.gov.br](http://www.conselho.saude.gov.br)